

ANOS 60: LEITURA E EDUCAÇÃO POPULAR NO DISCURSO DOS INQUISIDORES

Lúcia de Fátima Vieira da Costa¹ (Autora)

José Willington Germano² (Orientador)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

“Quem é capaz de ler uma frase é capaz de ler todas.

Mais importante: este leitor tem agora a possibilidade de refletir

Sobre a frase, de agir sobre ela, de lhe dar significado”.

Alberto Manguel

Os anos 60 do século XX constituem-se um período histórico de grandes transformações. Desde o término da II Guerra Mundial, o que se observa é o acirramento da bipolarização mundial decorrente da divisão do mundo em dois blocos econômicos, o capitalista, liderado pelos Estados Unidos e o socialista, pela União Soviética. Devido à política internacional em busca de poder e hegemonia por parte dos blocos econômicos, esse contexto mundial intensificava-se na América Latina, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, pela forte presença dos Estados Unidos através de políticas e programas de “cooperação” econômica e pela eventual atenção dada aos problemas sócio-econômicos do continente.

Entre essas políticas de “ajuda” e “cooperação” econômica na América Latina, a “Aliança para o Progresso” é a maior expressão. Sob a liderança dos Estados Unidos são discutidos, entre os países do continente, os principais problemas sócio-econômicos latino-americanos e, entre eles, destaca-se educação, saúde, moradia, reforma agrária. Isto se dá, inclusive, no momento em que se inicia um processo de transformação política e social que viria marcar a história do continente, despontando, todavia, num período de regimes autoritários.

No Brasil, esse processo de transformação política e social é marcado por uma profunda intensificação da participação popular. Passe a compor o contexto nacional uma efervescência política, social e cultural de grandes proporções. Nos centros urbanos, a formação e o fortalecimento de forças sindicais lideram reivindicações e movimentações sociais nas cidades. No meio rural, um processo de conscientização política desencadeia a formação de Sindicatos Rurais e as Ligas Camponesas, movimento de grandes proporções em todo o Nordeste. O movimento estudantil também estava nas ruas, com manifestações e protestos, reivindicando transformações sociais e questionando, inclusive, o poder da classe dominante. Eram as chamadas Reformas de Base que levantavam as bandeiras do nacionalismo, da exaltação à

¹ Pós-graduanda em Ciências Sociais – UFRN e pesquisadora da Base de Pesquisa “Cultura, Política e Educação”.

² Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Autor dos livros: “Lendo e Aprendendo: a Campanha “De Pé no Chão”, Cortez, 1982 e “Estado Militar e educação no Brasil”, Cortez, 2000.

cultura brasileira e valorização de políticas sociais frente aos interesses imperialistas. Em relação a esse processo, assim escreve Germano (2000, p. 50):

(...) o acirramento das lutas de classes foi notório, uma vez que a sociedade civil tornou-se mais ativa diante da ampliação da participação política e da organização dos trabalhadores urbanos e rurais. Outros setores da sociedade também se organizaram e participaram ativamente das mobilizações em favor das Reformas de Base (...). Salienta-se que, do ponto de vista ideológico, o nacionalismo de esquerda exerceu uma inequívoca influência nas mobilizações em que, freqüentemente, a própria dominação burguesa era posta em questão.

Esses movimentos sociais oriundos das camadas populares contavam com o apoio de intelectuais, forças políticas de esquerda, setores da Igreja Católica, e estavam identificados com os ideais de emancipação política, de reformas sociais, das lutas nacionalistas. Trata-se, portanto, de um processo de reformulação das questões sociais, de uma nova leitura da realidade brasileira que desencadeava um processo voltado para a identificação dos reais problemas internos, para a conscientização política e ampliação da participação popular, bem como voltado para uma expressiva valorização da cultura nacional.

No Nordeste, essas mobilizações refletiam-se, principalmente, através das campanhas de educação e cultura popular. Em Estados como Recife, Rio Grande do Norte e Paraíba, destacam-se movimentos dessa natureza, profundamente identificados com os ideários de libertação popular. Forças de esquerda começam a ter maior representação política a partir dos anos 60, cuja maior expressão é a posse do presidente João Goulart em 1961. Em Estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte, são eleitos políticos identificados com essas mobilizações populares, a exemplo de Miguel Arraes no governo estadual pernambucano e Djalma Maranhão, na Prefeitura da capital norte-rio-grandense. À respeito, Maria da Conceição Góes (1999, p. 134-135) escreve:

Aí, no Recife e em Natal, o poder público vai formular uma política de educação em que estão presentes conteúdos tradicionais somados à cultura popular. É uma nova leitura do mundo. À vitória do movimento popular, no Recife e em Natal, segue-se a emergência da cultura popular, que oferece novos paradigmas educacionais e pedagógicos.

De fato, a partir de 1960, movimentos de educação e cultura popular surgem em todo o Nordeste. O MCP (Movimento de Cultura Popular), no Recife, o MEB (Movimento de Educação

de Base) iniciado pela Igreja Católica no Nordeste através das Escolas Radiofônicas, a CEPLAR (Campanha de Educação Popular), na Paraíba, a experiência do Método Paulo Freire, em Angicos/RN, a Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, no Rio Grande do Norte representam os mais expressivos movimentos dessa natureza.

No Rio Grande do Norte, a aplicação do Método Paulo Freire na cidade de Angicos³ é fruto, todavia, de um processo que tem sua origem nos programas de “cooperação” e “ajuda” econômica norte americana, viabilizado pela “Aliança para o Progresso” através dos acordos entre o governo do Estado, na pessoa de Aluizio Alves e a USAID (Agência Internacional de Desenvolvimento) norte-americana.

A Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, no entanto, é fruto de políticas notadamente viabilizadas pelas camadas populares. É no que cerne a esta experiência de educação popular que pretendemos, a partir de então, conduzir nosso trabalho. A Campanha destaca-se enquanto movimento proveniente das bases populares da cidade de Natal, constituindo-se, dessa forma, uma experiência identificada com o contexto de mobilizações sociais e efervescência política e cultural que se desenvolvia no Nordeste e no Brasil. Nasceu a partir da campanha eleitoral de Djalma Maranhão, político de esquerda e de orientação nacionalista, através das discussões nos Comitês Nacionalistas de Bairro⁴.

Ao vencer as eleições para a Prefeitura de Natal, em 1960, Djalma Maranhão lança um programa de governo baseado nas reivindicações populares, cuja meta principal é a educação e a cultura. Nasce então, as bases para o processo de alfabetização e educação popular, que ultrapassaria a alfabetização e se destacaria, também, pela forte valorização da cultura local.

Ao assumir a Prefeitura e não tendo recursos disponíveis para a construção de escolas, é levantada uma discussão no Comitê Nacionalista do bairro das Quintas, com vistas a solucionar o problema da falta de verba. É quando um dos moradores sugere a construção de escolas de palha e chão de barro batido, material de grande abundância na região praieira da cidade e de baixo custo. A sugestão é levada à Prefeitura, pelo então Secretário de Educação Municipal Moacyr de Góes e é acatada pelo prefeito que, inclusive, desenvolve a Campanha de características inovadoras tendo aí seu maior feito administrativo e valorizando, ao mesmo tempo, a participação popular nas decisões relevantes da comunidade natalense.

³ A experiência de Angicos é, portanto, desenvolvida por um outro processo político, apesar de igualmente inovador. Teve atenção das forças políticas nacionais viabilizando, inclusive, à coordenação do futuro Plano Nacional de Educação, do Ministério da Educação no governo de Goulart, o educador Paulo Freire, não fosse impedido com a implantação do regime militar, a partir de 1964.

⁴ Havia um Comitê em cada bairro composto pelos moradores e pelos idealizadores da campanha eleitoral de Djalma Maranhão, que se reuniam periodicamente para discutir os problemas relacionados aos bairros, a cidade e também do próprio país.

São assim, erguidos os Acampamentos Escolares da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”. Quanto à estrutura funcional, a Campanha desenvolve uma organização singular em termos de currículo escolar, fardamento e metodologia de ensino⁵. Foram criados, para o pleno desenvolvimento da Campanha, o Centro de Formação de Professores - responsável pela formação dos educadores da Campanha, dos quais muitos eram leigos - e a Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), responsável pelos eventos culturais, produção e divulgação cultural. A DDC viabilizou, ainda, a formação das bibliotecas populares, promoveu as Praças da Cultura e a organização cultural da cidade.

Destacou-se, também, no âmbito da discussão política através da promoção de debates e discussões sobre temas relevantes na época, que abrangiam tanto os problemas da comunidade natalense como os problemas de ordem nacional e internacional à exemplo, o imperialismo norte-americano, a mortalidade infantil, êxodo rural e reforma agrária, o subdesenvolvimento regional, o analfabetismo, as reformas de base.

Dessa forma, a Campanha articulava uma forma de integração entre as esferas da educação, da cultura e da política, agindo de várias formas no meio popular e desenvolvendo, assim, um processo que envolvia educação escolar, valorização e organização cultural da cidade e participação política, em sintonia com a idéia de formação humana. É, sobretudo, no que se refere ao aspecto da valorização da cultura e implantação de bibliotecas populares que mais nos interessa a Campanha “De Pé no Chão”.

As chamadas *bibliotecas populares* assumem importante papel enquanto veículo de conhecimento e informação. Destacam-se mais ainda por se desenvolverem em bairros populares da cidade, como Quintas e Rocas. Segundo Maria da Conceição Góes (1999), os empréstimos de livros atingiam em média 2.500 mensais. A Campanha contava ainda com as *bibliotecas rotativas*, assim denominadas porque os livros eram acomodados em caixas e transportados em um ônibus, fazendo um sistema de rodízio do acervo em cada bairro e entre os Acampamentos Escolares. Uma parte substancial dos livros foi obtida pelo apoio da própria população através da campanha “O livro que está sobrando na sua estante é o que está faltando nas mãos do povo”. Esta campanha conseguiu arrecadar cerca de 8.000 livros que foram incorporados ao acervo das bibliotecas. Segundo Mailde Galvão (1994), somados os acervos que compunham as diversas bibliotecas da Campanha “De Pé no Chão”, somavam-se cerca de 20.000 livros.

Isto mostra como a Campanha estava identificada com o processo de transformação social, desenvolvendo um projeto de educação e cultura popular de grandes proporções. De um

⁵ Referente a estrutura funcional da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, indicamos a leitura de Góes (1985), “De Pé no Chão também se Aprende a Ler: uma escola democrática”, da Editora Cortez, 1991.

lado, consegue cumprir o valor social da cultura que segundo os documentos compilados por Fávero (1985), somente é autêntica quando a sua dimensão social se “desdobra plenamente”. Por outro lado, possibilita as camadas populares o acesso a educação, a cultura representada em arte - através das Praças da Cultura e promoção de exposições de artes plásticas, pintura - e a cultura letrada, através das bibliotecas populares e incentivo a leitura.

O que ocorre, no entanto, no contexto nacional, é que esses movimentos sociais, de educação, cultura e reivindicação política e social despertam as forças políticas para um processo que ocorria não somente no Rio Grande do Norte e no Nordeste, mas em todo o país. A reivindicação das Reformas de Base e o processo de efervescência político-social que ocorre no país desde o início dos anos 60, irão culminar no golpe de estado de 1964. O golpe, incentivado por forças políticas conservadoras, setores das forças armadas e apoiado pelos Estados Unidos representa, na América Latina, o início de um período histórico marcado por eclosões de golpes militares seguidos de implantação de regimes autoritários duradouros.

Nosso interesse consistiu, essencialmente, em analisar de que forma o regime militar no Brasil via a educação popular, especialmente a educação implementada pela Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e a forma como os inquisidores se referem às bibliotecas e ao incentivo a leitura. Para tanto, nosso referencial empírico são os Inquéritos Policiais Militares (IMPs), que se instauraram no Brasil após 1964.

Uma característica do discurso dos inquisidores é a orientação ideológica centrada na identificação de um “inimigo externo”, que se concretiza no contexto nacional através dessas mobilizações de cunho reivindicatório e, de certa forma, “revolucionário”. Aliás, a idéia de uma “revolução” é levantada por teóricos inclusive da “guerra generalizada”, (COMBLIN, 1978) que sustentam a hipótese de uma “guerra invisível”, travada no plano ideológico através de ideários de cunho comunista. Note-se que a idéia de “guerra generalizada⁶” está diretamente ligada ao conceito de “guerra fria” e por isso constitui ponto central dos valores da “guerra total”, travada, segundo a doutrina de Segurança Nacional, entre os dois blocos agora não somente econômicos, mas, sobretudo, ideológicos.

A Ideologia de Segurança Nacional, segundo Comblin (1978), tem sua origem nos Estados Unidos em fins da II Guerra Mundial e é propagada em toda a América Latina com o fim de demarcar a linha de influência norte-americana e evitar a entrada de idéias comunistas no continente. Chega ao Brasil através da Escola Superior de Guerra (1948) que, segundo Germano (2000), é criada aos moldes do *National War College*, de Washington que, segundo sua

⁶ A idéia de “guerra generalizada” é um dos três pilares que sustentam o conceito de “guerra total” e que está na base da Ideologia de Segurança nacional, juntamente com a idéia de “guerra fria”, e “guerra revolucionária”.

observação à obra de Comparato, desenvolveu escolas semelhantes em vários outros países da América Latina.

As Escolas Superiores de Guerra se tornaram, assim, os principais centros de formação de oficiais militares latino-americanos e tinham como base a Ideologia de Segurança Nacional. A esta cabe orientar de que forma os militares deveriam agir frente ao “inimigo invisível” tendo por fim a intervenção no poder militar em seus países. Dessa forma, essa Ideologia contribuiu significativamente para a eclosão dos regimes autoritários que surgiram na América Latina e para a efetivação dos mesmos.

E afinal, como pode uma experiência de educação desenvolvida no Nordeste brasileiro, adquirir tamanha relevância, a ponto de se enquadrar num contexto de guerra ideológica de tão grandes proporções? A resposta pode ter uma reflexão na obra de Alberto Manguel, quando analisa de forma sucinta o poder atribuído à palavra escrita. Para ele, os livros têm sido “a maldição das ditaduras” e não por acaso, a “história da leitura está iluminada por uma fileira interminável de fogueiras” (Manguel, 1999, p. 315). Esse “poder” da palavra escrita, segundo Manguel, se dá inclusive pelo fato da leitura um processo irreversível, uma vez que quem é capaz de uma frase, é capaz de ler todas. Assim, desde os princípios da escrita, a censura é o “corolário” de todo poder.

Dessa forma, uma das características marcantes dos regimes autoritários, inclusive os que desenvolveram na América Latina a partir da década de 60, é a censura à palavra escrita, a restrição à leitura e a repressão de idéias. Germano e Costa (2000) afirmam que durante o regime militar ocorre não somente a censura instituída, mas a destruição de livros e bibliotecas, tornando assim o conhecimento, enquanto tal, “proibido”; restringe-se, portanto, o conhecimento como uma coisa “perigosa” e que não deveria estar ao cesso de todos.

A respeito de repressão de idéias, Carneiro (1997, p. 17), afirma não ser “uma atitude característica do século XX”, período histórico marcado por “práticas totalitárias”, muito menos seria uma “situação peculiar ao Brasil”. Para ela, a “história da censura e da repressão aos intelectuais” é uma questão “peculiar e universal”, inclusive realizada em nome de Deus, a exemplo da Inquisição, na Idade Média.

No Brasil, a censura se institucionaliza desde os anos 30, através da figura do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), mas tem sua maior expressão através do Ato Institucional nº. 05, em 1968. No entanto, desde a deflagração do golpe em 1964, observa-se o retalhamento de livros e a identificação dos chamados “livros perigosos”. Os representantes da “ordem social e política” atuam à luz a Ideologia de Segurança Nacional e em favor dos valores da “civilização ocidental e cristã”. O que ocorre com as experiências de educação popular no

Nordeste, inclusive com a Campanha “De Pé no Chão”, é a completa destruição de suas bases, de suas bibliotecas, bem como dos Acampamentos Escolares. Seus representantes são indiciados, presos, exilados e sofrem as mais diversas formas de repressão.

Ora, a Campanha “De pe no Chão” não somente alfabetiza, mas cria condições para a população de um modo geral ter acesso a informações, a discussões políticas, esclarecimentos de problemas políticos e sociais e propõe a valorização da cultura local e universal através da música, dança, poesia, teatro. Tudo isso proporciona uma conscientização popular e amplia a participação do povo em atividades como a leitura, a organização de bibliotecas e valorização da palavra escrita. Possibilita o acesso a uma cultura letrada historicamente considerada privilégio de poucos.

No discurso dos inquisidores, observa-se indícios da chamada “guerra generalizada” através da idéia de uma “subversão nitidamente comunista”. Os indiciados, muitos já como presos políticos, são questionados em relação a posse de determinados livros, ao fato de estarem organizando bibliotecas, de estarem incentivando a leitura de livros considerados “perigosos” e conduzindo o povo à “desordem”, a “guerrilha” e á “revolução comunista”. São, portanto, enquadrados na Lei de Segurança Nacional e considerados “subversivos” e “inimigos da nação”. Da mesma forma, a Campanha “De Pé no Chão” e a educação implementada pela mesma é considerada de “cunho comunista”, “antidemocrática”, “subversiva”, uma “máquina de propaganda a serviço do comunismo”.

Dessa forma, as forças golpistas criam um motivo - qual seja a existência de “ideais subversivos” e “perigosos” - pelo qual se justifica o próprio poder arbitrário que se institui. Os instrumentos utilizados para se fazer impor os valores da “civilização ocidental e cristã” e da “democracia”, sejam eles ideológicos ou pragmáticos, estão a serviço de uma guerra entre o “bem” e o “mal”. A Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” se encontra nesta guerra como uma experiência de “caráter nitidamente subversivo”, o que justifica, no discurso dos inquisidores, a necessidade de ser banida. É preciso não somente interrompe-la, mas destruí-la, apaga-la da memória. Todos os atos e acusações da ditadura militar dessa natureza acabam por traduzir o vigor de uma ideologia profundamente arraigada na América Latina e sustentada pelos valores “guerra fria”, conforme os interesses imperialistas, e voltada, principalmente, para a manutenção e legitimação do poder arbitrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.

FÁVERO, Osmar. *Cultura popular/educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FERNANDES, Calazans, TERRA, Antônia. *40 horas de esperança – o Método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos*. São Paulo: Ática, 1994.

GALVÃO, Mailde Pinto. *1964 – Aconteceu em abril*. Natal: Ed. Clima, 1994.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GERMANO, José Willington, COSTA, Lúcia de Fátima V da. *Nas sombras da repressão: a educação e educadores na visão dos “guardiães da ordem”*. Coimbra, 2000. (Paper apresentado no II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, Coimbra/Portugal).

Góes, Maria da Conceição Pinto de. *A aposta de Luís Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Revan/Editora da UFRJ, 1999.

Góes, Maria da Conceição Pinto de. *Cristãos e comunistas na construção da utopia: a aposta de Luís Ignácio Maranhão Filho*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ UFRJ, vol. 3. (Tese de doutorado – Documentos e relatórios da Polícia Militar)

GÓES, Moacyr de. *De Pé no Chão também se Aprende a Ler (1961-1964): uma escola democrática*, da Editora Cortez, 1991.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.